

## **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) COMO INDUTORA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Ivone De Souza Neves (ivone.s.r@hotmail.com)

O objetivo da pesquisa é investigar BNCC, como indutora de políticas educacionais. Considera-se esse documento como definidor dos conhecimentos essenciais que todos os alunos da educação básica devem aprender, portanto, todos os currículos de todas as redes públicas e particulares do País deverão conter esses conteúdos. Esse trabalho apresenta como recorte, uma análise sobre o processo de elaboração da BNCC. Recorre-se à abordagem qualitativa com pesquisa documental e bibliográfica. Depreende-se que a BNCC assume centralidade no processo de definição das políticas educacionais planejadas pelo Ministério da Educação, de maneira especial logo depois do impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff, e isso abala de maneira clara as políticas voltadas aos currículos escolares, à formação de especialistas de educação. A elaboração da BNCC iniciou-se com a primeira e segunda versões mediadas por amplo debate nacional, envolvendo a comunidade de educadores e especialistas, com audiências públicas coordenadas pelo CNE e outros processos de escuta da sociedade. Porém, seu processo de formulação foi marcado por uma ruptura, visto que, sua terceira versão foi profundamente alterada, mudando os rumos e concepções discutidos até então. Essa ruptura resultou em um processo de rompimento também com a composição do próprio CNE, que teve seus integrantes substituídos, retirando-se de sua composição os representantes das entidades acadêmicas científicas. Também como resultado desse processo a aprovação da BNCC foi compartimentada em duas partes, ficando um documento relativo à Educação Infantil e o Ensino Fundamental, homologado em 2017 e outro documento, com estrutura e organização diferenciada relativa ao Ensino Médio, homologado somente um ano depois, em 2018. Conclui-se que o documento da BNCC restringe a autonomia escolar ao estabelecer uma política curricular altamente prescritiva, ao mesmo tempo em que passa a ter uma centralidade na definição de outras políticas como na área de avaliação da educação básica e na formação de professores, com inéditos processos de centralização, a partir de uma concepção gerencial que rompe com os princípios da gestão democrática de educação.